

Estudo do Veto nº 7/2019

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27 de 2018
2 dispositivos vetados

VETO PARCIAL APOSTO “POR CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO E INCONSTITUCIONALIDADE”

Autoria do projeto:

- Presidência da República

Relatoria Geral:

- Senador Waldemir Moka (CMO)

Ementa do projeto de lei vetado:

"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019".

Assunto do Veto:

LOA 2019

Estudo do Veto nº 7/2019

EXPLICAÇÃO		ASSUNTO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
01.07.19	<p>- item II do Anexo V:</p> <p>(ver avulso do veto, para o visualização da tabela)</p>	Carreira do Incra	<p>Origem: Parecer nº16/2018, do Relator Senador Waldemir Moka.</p> <p>Sem justificativa específica.</p>	<p>“A inclusão do Item ‘II. Alteração de Estrutura de Carreiras e Aumento de Remuneração’ ao Anexo V do PLOA 2019 infringe o inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição federal, uma vez que não consta a autorização específica para a concessão de reajuste remuneratório nem a alteração de estrutura de carreira na Lei nº 13.707, de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei orçamentária de 2019. Ademais, a inclusão do item durante a tramitação do projeto desconsidera a discricionariedade da Administração para priorizar e harmonizar suas necessidades conforme os critérios de conveniência e oportunidade.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>
02.07.19	<p>- subtítulo 6494 da Ação 0201 do Programa 0999 da Unidade 47101 do Órgão 47000 do Volume IV:</p> <p>(ver avulso do veto, para o visualização da tabela)</p>	Criação de Fundo Especial no CNJ	<p>Origem: Parecer nº16/2018, do Relator Senador Waldemir Moka.</p> <p>Sem justificativa específica.</p>	<p>“O Poder Executivo é impedido de viabilizar a execução de despesa de competência de outro Poder, em razão de suas despesas estarem limitadas ao valor já alocado nas programações de cada um de seus órgãos, nos termos do Novo Regime Fiscal. Além disso, tal possibilidade violaria o art. 2º c/c art. 99 da Constituição Federal.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>